



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

general.pt



INTRODUÇÃO

O cumprimento da legislação relativa à proteção de dados pessoais, bem como o respeito pela privacidade e pelos direitos de que os Clientes e outros interessados são titulares, em particular nesta matéria de dados pessoais, constituem prioridades para a GENERALI – Companhia de Seguros S.A. e para a GENERALI VIDA – Companhia de Seguros S.A. (conjuntamente, a “GENERALI PORTUGAL”).

Também outros titulares de dados pessoais que mantenham uma relação com a GENERALI PORTUGAL, como sendo Fornecedores, ou outras pessoas com quem, ainda que ocasionalmente, a GENERALI PORTUGAL possa interagir ocasionalmente (visitantes do seu sítio de internet institucional, destinatários de campanhas promocionais), devem esperar da GENERALI PORTUGAL um elevado nível de proteção dos seus dados pessoais e respeito pelos seus direitos enquanto titulares de dados.

Por esse motivo, a GENERALI PORTUGAL adotou um conjunto de medidas técnicas e organizativas cujo objetivo é garantir um elevado grau de proteção e respeito pela legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.

A presente Política de Tratamento de Dados Pessoais, doravante “a Política”, integra-se nesse esforço, aplicando-se genericamente ao tratamento de dados pessoais dos seus Clientes e de outros titulares de dados com quem a GENERALI PORTUGAL mantenha relações no âmbito da sua atividade. A Política destina-se a prestar informação sobre o modo como a GENERALI PORTUGAL procede ao tratamento de dados pessoais e sobre quais os direitos que os titulares dos dados possuem relativamente a esse mesmo tratamento. Tudo isto de acordo com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 ou “RGPD”) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto que assegura a execução, na ordem jurídica portuguesa, do RGPD.

O carácter geral desta Política não impede que a mesma possa ser completada ou afastada por outros instrumentos de regulação ou de informação que, por serem específicos de tratamentos realizados em determinado contexto, ou no âmbito de certo tipo de tratamento de dados pessoais, à mesma se sobreporão.

Por uma razão de melhor compreensão da Política, apresenta-se um pequeno capítulo com definições, onde se aclaram determinados conceitos usados ao longo do seu texto.

DEFINIÇÕES (1/2)

DADOS PESSOAIS

Informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

TRATAMENTO

Operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

A pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, a responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro.

SUBCONTRATANTE

A pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

DEFINIÇÕES (2/2)

CONSENTIMENTO

Manifestação de vontade, livre, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento;

CATEGORIAS ESPECIAIS DE DADOS

Dados pessoais que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical, bem como dados genéticos, dados biométricos para identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa.

DADOS RELATIVOS A SAÚDE

Dados pessoais relacionados com a saúde física ou mental de uma pessoa singular, incluindo a prestação de serviços de saúde, que revelem informações sobre o seu estado de saúde.

RESPONSÁVEIS PELO TRATAMENTO

O responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais será a Companhia de Seguros da GENERALI PORTUGAL com quem estabelecer a sua relação contratual.

Seguem abaixo os dados de contacto de cada uma das Companhias de Seguros da GENERALI PORTUGAL:

GENERALI - COMPANHIA DE SEGUROS S.A.

Rua Duque de Palmela nº 11, 1269-270 LISBOA

Telefone: (+351) 213 112 800

E-mail: generali@generali.pt

GENERALI VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS S.A.

Rua Duque de Palmela nº 11, 1269-270 LISBOA

Telefone: (+351) 213 112 800

E-mail: generalivida@generali.pt

Caso tenha alguma dúvida sobre o modo como a GENERALI PORTUGAL trata os seus dados pessoais ou sobre as medidas técnicas e organizativas implementadas para garantir a privacidade e a segurança dos seus dados, ou caso deseje exercer algum dos direitos que a Lei lhe confere em matéria de proteção dos seus dados pessoais, deverá entrar em contacto, por escrito, com o nosso Encarregado de Proteção de Dados pelos seguintes dados de contacto:

Rua Duque de Palmela nº 11, 1269-270 LISBOA

E-mail: protecaodados.DPO@generali.pt

PRINCÍPIOS DE TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

No tratamento dos seus dados pessoais, cada Companhia de Seguros da GENERALI PORTUGAL seguirá escrupulosamente o cumprimento da legislação aplicável, seja ela europeia ou nacional, ou mesmo específica do setor segurador.

Dentre as obrigações que decorrem dessa legislação aplicável, salientam-se os seguintes princípios básicos, que estão sempre subjacentes a qualquer atividade de tratamento de dados pessoais:

- Princípio do tratamento dos dados de forma lícita, leal e transparente;
- Princípio da limitação das finalidades: os dados devem ser recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser tratados de forma incompatível com essas mesmas finalidades;
- Princípio da minimização dos dados: os dados têm que ser adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados;
- Princípio da exatidão: os dados têm que ser exatos e atualizados sempre que necessário, devendo ser adotadas as medidas adequadas para que os dados inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora;
- Princípio da limitação da conservação: os dados devem ser conservados de uma forma que permita a identificação dos seus titulares apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;
- Princípios da integridade e confidencialidade: os dados devem ser tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas

FINALIDADES E FUNDAMENTOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS

A GENERALI PORTUGAL procede ao tratamento de dados pessoais com finalidades e fundamentos jurídicos diversos:

FINALIDADES DE TRATAMENTO	FUNDAMENTOS JURÍDICOS (Condições de Licitude)
Avaliação de risco e cotação	Diligências pré-contratuais
Celebração e gestão contratual	Execução contratual
Gestão (e liquidação) de sinistros	Execução contratual
Gestão estatística e atuarial	Interesse legítimo da GENERALI PORTUGAL no apuramento de tarifas, procedimentos de reserva, e cálculo de benefícios
Marketing e atividades promocionais	Consentimento do titular dos dados
Monitorização da qualidade de serviço	Interesse legítimo da GENERALI PORTUGAL no controlo interno da qualidade do serviço prestado e na correção dos procedimentos de atendimento, bem como na avaliação do grau de satisfação dos clientes e da rapidez de resposta
Prevenção e combate do branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e aplicação sanções internacionais	Cumprimento de obrigações legais
Prevenção da fraude	Interesse legítimo da GENERALI PORTUGAL na prevenção de condutas fraudulentas que possam conduzir ao recebimento de benefícios ilegítimos, com perdas para a GENERALI PORTUGAL
Cumprimento das disposições legais dos regimes FATCA e CRS	Obrigações legais, nacionais e internacionais, a que se encontra sujeita a GENERALI PORTUGAL.

CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS

No contexto da atividade desenvolvida pela GENERALI PORTUGAL podem ser objeto de tratamento, designadamente, as seguintes categorias de dados:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome, Apelido, Assinatura/Rubrica, Código Postal, Contacto Telefónico, Data de Nascimento, Endereço Eletrónico, Estado Civil, Género, Morada, Número da Segurança Social, Número de Identificação Fiscal, Parentesco, Profissão e IBAN

DADOS RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Património imobiliário e remuneração

DADOS NECESSÁRIOS À AVALIAÇÃO DO RISCO, ATENDENDO AO TIPO DE SEGURO EM CAUSA

Dados referentes a características do bem seguro ou local de risco

DADOS DE SAÚDE E DADOS BIOMÉTRICOS

Doenças ou incapacidades, altura, peso ou tensão arterial

DADOS REFERENTES A SINISTROS, LIMITADOS AOS NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO DAS FINALIDADES

Nome, número de apólice, telefone, email, descrição do sinistro, identificação de terceiros envolvidos no sinistro, prejuízos sofridos, orçamento de reparação/substituição (caso aplicável)

RAZÕES PARA A RECOLHA DE DADOS PESSOAIS

No âmbito das relações contratuais estabelecidas entre cada uma das Companhias da GENERALI PORTUGAL (responsável pelo tratamento) e os seus Clientes (titulares dos dados), o Cliente terá que transmitir um conjunto de dados pessoais imprescindíveis para a formação da vontade contratual por parte do respetivo responsável pelo tratamento e também para a execução dos termos contratados.

Sem acesso à informação necessária, que dependerá em cada caso do contrato de seguro que esteja para ser celebrado ou em execução, a GENERALI PORTUGAL não poderá decidir-se a celebrar o contrato, e a sua celebração sem essa informação, ou a sua omissão superveniente, tornará impossível a execução do contrato.

Neste sentido, os dados que sejam essenciais à celebração do contrato ou à sua execução (ex. gestão do sinistro ou pagamento de benefícios) se não forem facultados à GENERALI PORTUGAL, esta não poderá aceitar o contrato de seguro, ou não poderá liquidar o sinistro ou o benefício decorrente da apólice de seguro.

COMUNICAÇÃO DOS DADOS

Dentro de cada Companhia de Seguros da GENERALI PORTUGAL terão acesso aos dados os Colaboradores que deles necessitam para cumprir as diligências ou obrigações contratuais / pré-contratuais e legais.

Poderá haver comunicação dos seus dados pessoais ao estabelecimento principal do Grupo Generali, a Assicurazioni Generali, com sede em Itália, a cada uma das duas Companhias de Seguros da GENERALI PORTUGAL e a outras subsidiárias do Grupo, para a finalidade de celebração e gestão de contrato de seguro, e para a finalidade de gestão e/ou liquidação de sinistros, nomeadamente em caso de resseguro e cosseguro.

Os seus dados pessoais poderão, ainda, ter que ser comunicados a entidades externas como sejam a Autoridade Tributária, as Autoridades Policiais e Judiciais, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e a Associação Portuguesa de Seguradores, para cumprimento de obrigações legais, regulamentares, administrativas e judiciais, ou para prevenção e combate à fraude.

Em particular no âmbito da gestão de sinistros automóvel, os seus dados pessoais poderão ter que ser comunicados a outras Seguradoras, no âmbito de Convenções como a de IDS (Indemnização Direta ao Segurado), a CRS (Convenção de Regularização de Sinistros) ou no âmbito da regularização de sinistros estrangeiros (Convenção Carta Verde).

A comunicação poderá ser feita, por último, a entidades subcontratantes (ver ponto 2. Definições), encarregues de tratar os seus dados pessoais por conta da GENERALI PORTUGAL, como é o caso dos Resseguradores, das Companhias Representantes no estrangeiro, ou outras entidades subcontratantes a quem a GENERALI PORTUGAL tenha subcontratado o tratamento de dados pessoais (em regime de outsourcing). Este é, também, o caso dos mediadores de seguros que agem por conta da GENERALI PORTUGAL no que respeita à finalidade de celebração e gestão do contrato de seguro, no âmbito da relação de mediação com este estabelecida, em conformidade com o respetivo contrato de mediação e a legislação aplicável. A GENERALI PORTUGAL assegura, nestes casos, que todas as entidades subcontratantes se encontram sujeitas a instruções concretas no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais em nome da GENERALI PORTUGAL, e que as entidades subcontratantes oferecem garantias adequadas para proteger esses dados pessoais.

Se necessitar de mais esclarecimentos relativamente às situações em que os seus dados pessoais são ou podem ser transmitidos a terceiros, poderá dirigir pedido escrito nesse sentido ao nosso Encarregado de Proteção de Dados para os contactos disponibilizados na presente Política.

DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS (1/3)

O titular dos dados pessoais poderá, ainda, exercer junto da GENERALI PORTUGAL, através de pedido escrito dirigido para os contactos disponibilizados na presente Política, mais uma vez, ao Encarregado de Proteção de Dados, os seguintes direitos relativamente aos seus dados pessoais:

ACESSO

Pode obter a confirmação de que os seus dados pessoais são ou não objeto de tratamento e, caso o deseje, solicitar o acesso aos mesmos;

RECTIFICAÇÃO

Pode solicitar à GENERALI PORTUGAL que corrija os seus dados pessoais que estejam imprecisos ou incompletos;

APAGAMENTO/ESQUECIMENTO

Pode solicitar à GENERALI PORTUGAL o apagamento/esquecimento dos seus Dados Pessoais quando um dos seguintes motivos se aplique:

- Se os seus Dados Pessoais não são mais necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- Se retirar o consentimento e não existir outro fundamento de licitude para o seu tratamento;
- Se quiser opor-se a decisões automatizadas, desde que não existam motivos legítimos preponderantes para o seu tratamento, ou se quiser opor-se ao tratamento para a finalidade de marketing e atividades promocionais;
- Se os seus dados pessoais forem tratados ilicitamente;
- Se os seus dados pessoais tiverem que ser apagados para cumprir uma obrigação legal, nacional ou europeia a que a GENERALI PORTUGAL esteja sujeita.
- Se o seus Dados Pessoais foram recolhidos através da oferta de serviços da sociedade da informação a menores, nos termos do artigo 8.º do RGPD;

DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS (2/3)

LIMITAÇÃO

Pode solicitar à GENERALI PORTUGAL a limitação do tratamento dos seus Dados Pessoais se uma situação a seguir indicada se aplicar:

- Se contestar a exatidão dos seus Dados Pessoais, e por um período que permita à GENERALI PORTUGAL verificar essa mesma exatidão.
- Se o tratamento for ilícito e se se opuser ao apagamento dos seus Dados Pessoais, solicitando antes a limitação da sua utilização;
- Se a GENERALI PORTUGAL não precisar mais dos seus Dados Pessoais para fins de tratamento, mas se os requerer para a declaração, o exercício ou a defesa de um direito num processo judicial;
- Caso se tenha oposto ao tratamento dos seus Dados Pessoais, no exercício do seu direito de oposição, nomeadamente quando o tratamento se basear no interesse legítimo, incluindo para efeito das definições de perfis, nos termos do disposto no RGPD, e enquanto estiver pendente a verificação de que os interesses legítimos da GENERALI PORTUGAL se sobrepõem, ou não, aos seus.

PORTABILIDADE

Poderá pedir à GENERALI PORTUGAL para transferir para outra Companhia de Seguros os Dados Pessoais que lhe forneceu, ou pedir para receber os seus Dados Pessoais em formato estruturado, de uso corrente e leitura automática. Apenas poderá solicitar os Dados Pessoais que tenha facultado à GENERALI PORTUGAL, e não aqueles dados que resultem da execução contratual.

OPOSIÇÃO

Quando o tratamento de dados pessoais for baseado no interesse legítimo da GENERALI PORTUGAL, tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais e, assim, de solicitar a interrupção das operações de tratamento.

A GENERALI PORTUGAL cessará imediatamente o tratamento dos dados pessoais, exceto se apresentar razões imperiosas e legítimas para continuar com esse tratamento, que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular de dados que se opôs ao seu tratamento.

DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS (3/3)

RETIRAR O CONSENTIMENTO

Pode retirar o seu consentimento para o tratamento dos seus Dados Pessoais, a qualquer momento, nos casos em que o tratamento assente, apenas, nesse consentimento, sem que tal revogação afete sem que tal revogação afete os tratamentos realizados enquanto o referido consentimento estava em vigor.

Em circunstâncias específicas, nomeadamente para necessidade de cumprimento de requisitos legais, o pedido efetuado pelo titular dos dados poderá não ser imediatamente satisfeito. Nessa circunstância, a GENERALI PORTUGAL manterá o titular dos dados devidamente informado das medidas tomadas nesse sentido, no prazo máximo de um mês a partir do momento em que o pedido for efetuado.

Para além dos direitos acima elencados, o titular dos dados tem, ainda, a possibilidade de apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (www.cnpd.pt), se considerar que o tratamento dos seus dados pessoais viola o disposto no RGPD.

PRAZOS DE CONSERVAÇÃO

Os dados pessoais são mantidos pela GENERALI PORTUGAL durante o período que for necessário para a realização da finalidade para a qual eles foram recolhidos ou até solicitação de apagamento/esquecimento, nos casos em que tal seja legalmente possível

Não obstante, os seus dados pessoais podem ser conservados por um período superior ao indicado no parágrafo anterior, caso essa obrigação resulte da lei. A título de exemplo:

A Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Lei n.º 83/2017 de 18 de agosto) obriga a uma conservação da documentação por um período de 7 anos;

Os dados pessoais, em regra, são mantidos para efeitos de execução do contrato e, portanto, durante a vigência da apólice de seguro. Mas mesmo depois de terminada a relação contratual, poderá ser necessário manter alguns dados pessoais em cumprimento de obrigações legais, ou para demonstrar os termos da relação contratual. Isto porque o prazo de prescrição das obrigações contratuais, em Portugal, é de 20 anos;

As imagens captadas pelo sistema de videovigilância são conservadas pelo período de 30 dias;

As gravações de chamadas são conservadas pelo período de 90 dias.

Uma vez atingido o prazo máximo de conservação, os seus dados pessoais serão anonimizados de forma irreversível (podendo os dados anonimizados ser conservados) ou serão destruídos de forma segura.

DECISÕES AUTOMATIZADAS E CRIAÇÃO DE PERFIS

As Companhias de Seguros que compõem a GENERALI PORTUGAL, para a realização das finalidades acima enumeradas, tratam os seus dados pessoais através de meios automatizados, incluindo a criação de perfis. É possível que este tratamento automatizado envolva a avaliação da sua carteira de seguros, do volume de prémios que paga e dos custos associados às suas apólices, conjugado com a avaliação dos seus dados pessoais, com o intuito de adequar os produtos e as condições dos serviços a apresentar-lhe em futuras campanhas de marketing, bem como possíveis ofertas promocionais.

Na medida em que estas decisões automatizadas forem necessárias para a celebração ou execução do contrato celebrado com a GENERALI PORTUGAL, ou sempre que tiver prestado consentimento, ficará sujeito a estas decisões automatizadas. A GENERALI PORTUGAL compromete-se, todavia, nestes casos, a aplicar medidas adequadas para salvaguardar os seus direitos, liberdades e legítimos interesses, designadamente o direito de pedir a intervenção humana por parte do responsável pelo tratamento ou manifestar a sua posição e contestar a decisão.

Nos restantes casos, porém, tem o direito de não ficar sujeito a uma decisão se esta for baseada exclusivamente em tratamento automatizado e produzir efeitos legais na sua esfera jurídica ou o afetar de forma significativa,

Poderá ainda, caso assim o entenda, solicitar informação mais concreta ao Encarregado da Proteção de Dados sobre o processo de tomada de decisões automatizadas, pedir a intervenção humana por parte da GENERALI PORTUGAL ou manifestar a sua posição e contestar a decisão.

TRATAMENTO DE DADOS DE SAÚDE

Existem contratos de seguro cujos processos de diligências pré-contratuais, e de celebração e execução do contrato (mormente em caso de sinistro) implicam o tratamento de dados de saúde.

O tratamento de dados de saúde ocorre, particularmente, nos contratos de seguro de saúde, de acidentes pessoais, ou de responsabilidade civil em que, na existência de sinistro, ocorrem danos corporais, e também nos seguros de vida.

Nos termos da legislação aplicável em matéria de proteção de dados, os seguintes fundamentos de licitude, entre outros previstos na lei e que, eventualmente, poderão ter aplicação casuística, poderão justificar o tratamento de dados de saúde por parte da GENERALI PORTUGAL:

- Consentimento do titular de dados;
- Cumprimento de obrigações legais e exercício de direitos específicos em matéria de legislação laboral, de segurança social e de proteção social;
- Tratamento necessário para proteger os interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular, no caso de o titular dos dados estar física ou legalmente incapacitado de dar o seu consentimento;
- Tratamento necessário para efeitos de medicina preventiva ou do trabalho;
- Declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

GRAVAÇÃO DE CHAMADAS

A GENERALI PORTUGAL procede à gravação de chamadas com a finalidade de prova de transações comerciais e de quaisquer outras comunicações respeitantes à relação contratual. Porém, nos contactos telefónicos entre o titular dos dados e a GENERALI PORTUGAL, aquele é previamente informado de que se pretende a gravação de chamada, tendo que dar o seu consentimento expresso para tal gravação.

Os dados pessoais que sejam facultados mediante chamada telefónica ficarão conservados até ao cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato, nos termos da lei e das orientações emitidas pela CNPD.

SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

A GENERALI PORTUGAL adota medidas técnicas e organizativas adequadas a assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento, nomeadamente o risco de destruição, de perda e alteração acidentais ou ilícitas, de divulgação ou acesso não autorizados, dos dados pessoais transmitidos, conservados ou de alguma outra forma sujeitos a tratamento.

A GENERALI PORTUGAL garante a privacidade e segurança na recolha dos dados pessoais dos seus clientes e dos visitantes dos sites, utilizando para tal o recurso à criptografia com SSL (Secure Sockets Layer) de todas as informações trocadas online através dos sites publicados na internet.

TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais serão tratados pela GENERALI PORTUGAL dentro do espaço da União Europeia (“EU”) ou do Espaço Económico Europeu (“EEE”), excetuando as situações em que, cumpridas as condições de licitude para tal, seja necessário efetuar o tratamento fora da EU/EEE, desde que sejam apresentadas garantias adequadas e com respeito pelos direitos dos titulares dos dados e sujeição a requisitos, garantias e medidas definidos pelo RGPD.

UTILIZAÇÃO DE COOKIES

A GENERALI PORTUGAL utiliza cookies nos seus sites para melhorar a experiência do utilizador e permitir a realização de determinadas tarefas de forma segura.

Para mais pormenores, consulte a nossa Política de Cookies.

VIGÊNCIA E REVISÃO DA POLÍTICA

Esta Política entrou em vigor no dia 25 de maio de 2018, e será revista anualmente. Todavia, poderá sofrer uma revisão dos seus termos e disposições sempre que ocorram circunstâncias relevantes, como seja uma alteração legislativa, ou a verificação superveniente da necessidade de melhor clarificação de algum ponto específico, ou alterações de procedimentos.

As alterações resultantes dessas revisões entrarão em vigor no dia seguinte à sua divulgação no sítio das Companhias de Seguros responsáveis pelo tratamento e que compõem a GENERALI PORTUGAL



Generali - Companhia de Seguros, S.A. - Capital Social Euros: 73.000.000,00
N.I. Fiscal: 513 300 260 | Matriculada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa
Generali Vida - Companhia de Seguros, S.A. - Capital Social Euros: 14.000.000,00
N.I. Fiscal: 502 403 209 | Matriculada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa
Rua Duque de Palmela, n.º 11 | 1269-270 Lisboa | Tel.: 213 112 800 | Fax: 213 563 067
Email: generali@general.pt | www.general.pt

Linha de Apoio ao Cliente: 213 504 300 | Disponível de 2.ª a 6.ª das 9h00 às 18h00
Entre as 18h00 e as 9h00 estão ativos serviços de Assistência em Viagem e Assistência ao Lar.
Todas as opções do menu telefónico contemplam um atendimento personalizado.